

XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007.

Fábricas recuperadas e Estatização.

Bernardete Wrublevski Aued.

Cita:

Bernardete Wrublevski Aued (2007). *Fábricas recuperadas e Estatização. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/1301>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Fábricas recuperadas e estatização

Bernardete Wrublewski Aued¹

Maria Alejandra Paulucci²

Resumo

A presente pesquisa se insere na análise acerca das possibilidades e limites ao processo de recuperação de fábricas falidas, particularmente, quanto à estratégia de estatização. As fábricas recuperadas têm assumido grande importância nos contextos argentino, brasileiro, uruguaio e, ainda, venezuelano. Em termos metodológicos, a pesquisa está pautada pela investigação bibliográfica e empírica tomando por referência as fábricas que se situam na cidade de Joinville (SC), Brasil. Estas empresas se constituem como um fenômeno político-social que se apresenta como uma alternativa ao desemprego iminente. Neste sentido podemos dizer que a fábrica recuperada é um laboratório social de geração de outras subjetividades e de relações sociais, tanto no interior de uma unidade produtiva como fora dela, no espaço em que ela se situa. Nesta abordagem duas questões se destacam: primeiro, a retomada das lutas dos trabalhadores em direção à diminuição da jornada de trabalho e ao internacionalismo; segundo, a análise das fábricas recuperadas se impõe devido à opção pela estatização. Ao contrário, portanto, das formulações ascendentes de cooperativismo e de economia solidária, a estatização das fábricas se apresenta num contexto histórico adverso, o que lhe impõe dificuldades redobradas.

Palavras-chaves: Fábricas Recuperadas- Cooperativismo- Estatização - Internacionalismo

Introdução

*Eles fecham as fábricas, nós abrimos.
Eles roubam as terras e nós as ocupamos.
Eles fazem as guerras e destroem as nações,
nós defendemos a paz e
a integração soberana dos povos.
Eles dividem, nós unimos.
Porque somos a classe trabalhadora.
Porque somos o presente e
o futuro da humanidade.³*

Atualmente o Brasil figura como o oitavo país em desigualdade social, na frente, apenas da latino-americana Guatemala, e dos africanos Suazilândia, República Centro-Africana, Serra Leoa, Botsuana, Lesoto e Namíbia, segundo o coeficiente de Gini, parâmetro internacionalmente usado para medir a concentração de renda.

¹ Doutora em Ciências Sociais; Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina; Coordenadora do Núcleo de Estudos Sobre as Transformações no Mundo do Trabalho. E mail: bernawru@gmail.com

² Mestre em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. E mail: alepuluchi@hotmail.com

³ Declaração do I Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas pelos trabalhadores, Caracas, 29/10/05. Participaram como representantes da delegação do Brasil representantes do Ministério do Trabalho, da Prefeitura Municipal, da Câmara de Deputados Federais, da Câmara Municipal de Vereadores em Joinville e em Florianópolis, do MNDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos), MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, do Sindicato Unificado dos Químicos/Plásticos de Campinas e Região/SP e dos Conselhos de Fábrica da CIPLA, INTERFIBRA e FLASKÔ, da Central Sindical dos Trabalhadores (CUT/SC e CUT/PE).

No entanto, de várias formas, homens e mulheres brasileiros têm enfrentado esta questão lutando e o território de lutas tem se constituído num importante laboratório social de busca de alternativas em diversos países da América Latina. As evidências deste laboratório estão por toda parte, basta olharmos para as recentes manifestações que têm envolvido os trabalhadores desempregados, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), do Movimento Anti-Barragem (MAB), entre outros. Em todos vemos a marca da desigualdade social na medida em que chamam para si a identidade precedida de um prefixo: sem-terra, “sem-trabalho”, “sem-teto”, entre outros. Porém, em todos percebemos, também, que as pessoas não assistem, inertes, o banquete e se conformam com as migalhas distribuídas.

Neste artigo analisamos o laboratório social tendo por base a busca de alternativas dos trabalhadores de algumas das fábricas que pertenceram à Corporação Hansen Batschauer (CHB), como a Companhia Industrial de Plásticos (CIPLA), a INTERFIBRAS, PROFIPLAST a Flaksô Joinville (SC), Profiplast (Joinville/SC), Brakofix (Joinville/SC) e FLASKÔ(Sumaré/SP), que atuam em todos os ramos de transformação de plásticos resistentes à pressão e ao calor. Elas lideram o projeto que prevê a recuperação da fábrica por meio da estatização.

Existem duas tendências ou possibilidades diante da experiência de recuperar uma fábrica. Por um lado, a formação de cooperativas geradoras de emprego e renda. Por outro lado, as propostas de estatização que propõem a manutenção do emprego com redução de jornada de trabalho. Nessa perspectiva, os trabalhadores visam construir novas relações sociais de produção, tendo em vista outro modo de produção.

No entanto, cada processo de recuperação possui particularidades. No momento em que os trabalhadores assumem o controle da empresa são vislumbradas pelo menos duas opções para assegurar a continuidade do processo: formar uma cooperativa de produção ou estatizar a fábrica.

A primeira opção tem se desenvolvido como estratégia incentivada pelo bloco de poder hegemônico governamental vigente no país. Durante o primeiro mandato do governo, o presidente Luiz Inácio da Silva implementa a política de incentivo à formação de cooperativas de produção e de consumo, criando uma política específica denominada “Economia Solidária”. Paul Singer, secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, é um dos principais representantes relacionados ao ressurgimento da Economia Solidária. As cooperativas foram aumentando desde os anos 1990, e nos

últimos anos foram criadas pelo menos 147 cooperativas de produção em distintas regiões do país.⁴ Segundo Singer, a Economia Solidária ressurgiu no Brasil na década de 1980 e toma impulso crescente na segunda metade de 1990 sendo o resultado de movimentos sociais que reagem à crise do desemprego em massa e à precarização do trabalho.⁵ Singer considera a possibilidade da coexistência dos empreendimentos autogestionários com o modo de produção capitalista.

Surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente. (...) O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias simples de mercadorias. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação, repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperados. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.⁶

Segundo este autor, a Economia Solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramentas e do motor a vapor no início do século XIX.⁷ Nesse sentido, as primeiras experiências cooperativistas surgiram sob a influência das teorias do associativismo no começo da era industrial, como uma alternativa às condições de exploração do trabalho e às condições subumanas de vida que experimentava a classe operária.

A proposta de estatização se configura como uma luta política em contraponto ao cooperativismo. Estas se sustentam nas teses difundidas pela IV Internacional, sobretudo por meio dos trabalhos de Ernest Mandel que defende que o controle operário conquanto

⁴ Ver mais sobre as cooperativas: WRUBLEVSKI AUED, Bernardete e CHAVES, Luis Carlos. O desemprego não é inexorável. Plural (Publicação da Associação dos Professores da UFSC- SSIND) Florianópolis, n. 13, Ano 9, Dezembro. 2003.

⁵ As últimas pesquisas de abril de 2006 afirmam que a ANTEAG e União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social de Brasil (Unisol/Brasil) reúnem em 409 empreendimentos, que faturam cerca de US\$ 310 milhões ao ano. ANTEAG. Como salvar o emprego. Documentos do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão. Maio/1995.

⁶ SINGER, Paul e DE SOUZA, André Ricardo (org.) A economia solidária no Brasil, a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Economia Contexto, 2003. p. 13.

⁷ SANTOS, B.S. (org) Produzir para viver. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. p. 87.

seja uma reivindicação transitória da classe trabalhadora, pode ser exercido somente “depois da derrocada do domínio do capital”.⁸ Para este autor

La diferencia fundamental entre las ideas de ‘participación’ e ‘co-gestión’ por um lado, y el concepto de control operário, por otro lado, puede resumirse de la siguiente manera: el control operário rechaza toda responsabilidad de parte de los sindicatos y/o de los representantes de los trabajadores en la gestión de las empresas; exige para los trabajadores el derecho de veto en toda una série de dominios que se refieren a sua existência cotidiana na empresa o en la duración de su empleo. El control operário rechaza todo tipo de secreto, toda lectura de ‘contabilidad’ por um grupo de burócratas sindicales escogidos cuidadosamente y exige al contrario una mayor y completa difusión de todos los secretos que los trabajadores puedan descubrir no solamente al examinar a contabilidad patronal y las operaciones bancárias de las empresas, si no también, y sobretudo, confrontarlas con la realidad económica. Rechaza también toda la institucionalización, o idea de convertirse, mismo que sea solo por un período transitório, en una ‘parte integrante’ de el sistema porque comprende que sua integración implica, necesariamente, sua degeneración, como instrumento de conciliación entre las partes.⁹

Portanto, o projeto estatizante contém uma radicalidade que significa a recusa da administração sindical dentro da fábrica, transparência das contas da empresa, e deliberação por estar fora do sistema capitalista.

Brevemente, em termos históricos, estas formulações vêm sendo debatidas desde a construção da I Internacional que deixou cimentos da organização internacional dos operários contra o capital iniciando a sua atuação em 1864 e desapareceu em 1876.¹⁰ Depois, em 1876, Friedrich Engels promove a criação da II Internacional, em Paris, reunindo os partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas. Entretanto com a I Guerra Mundial se desencadeia uma cisão entre os socialistas reformistas e revolucionários uma vez que os primeiros apóiam os governos nacionais na declaração de guerra. Nesta Internacional debate-se o nacionalismo e a teoria do elo mais fraco por meio de lutas nas colônias.¹¹ A III Internacional tem seu Iº Congresso em Moscou em 1919. Neste, o divisor de águas é a polêmica entre revolução burguesa (revolução por etapas) e a revolução

⁸ MANDEL, Ernest. Controle obrero, consejos obreros, autogestión. [Antología]. México: Ediciones Era, 1977.p. 721.

⁹ MANDEL, Ernest. Controle obrero, consejos obreros, autogestión. [Antología]. México: Ediciones Era, 1977.p. 728.

¹⁰ Participantes da Internacional: os fundadores são Karl Marx e Friedrich Engels, Malon, Varlin, Duval, Theisz, Ranvier, Pindy, Frankel, Langevin, Amouroux, Champy. Os membros da Internacional não eram considerados os mais radicais. Nesta o divisor de águas era a organização internacional em oposição a duas principais correntes do pensamento da época: os sansimonianos (que viram na associação de capitais e na centralização do crédito uma solução) e os proudhonianos (centralização e cooperativas de crédito).

¹¹ Desta II Internacional participam, sobretudo, Karl Kautsky Vladimir Lênin.

permanente (democracia operária, revolução socialista).¹² Alguns anos mais tarde Leon Trotsky rompe com as orientações propostas na III e em 1938, funda a IV Internacional propondo a defesa de uma retomada da construção de um partido mundial que organize a revolução proletária mundial. No Brasil os integrantes da IV atuam dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), numa atuação polêmica e, durante alguns anos, elaboraram o Jornal “O Trabalho”.¹³

Apesar da reivindicação em torno das tradições, o Secretariado Internacional da IV Internacional (1993), reconhece O Trabalho como sendo a sua seção Brasileira e não o O Trabalho (Maioria) que exige o seu reconhecimento. A facção que utiliza o termo "maioria" assim o faz por que, há época da cisão, seus dirigentes constituíam a maioria da direção nacional da corrente. Esse agrupamento tem como principal dirigente Serge Goulart, que dirige a ocupação de algumas fábricas, principalmente na cidade catarinense de Joinville. A resolução em torno desta questão se dará no 6º Congresso Internacional, no ano de 2006, ano em que a organização completa 30 anos de existência. Entretanto, o órgão de imprensa oficial da IV Internacional (1993), a revista "A Verdade" (editada desde os tempos da Oposição de Esquerda, precursora da IV Internacional), pronunciou-se sobre o tema, rechassando o agrupamento dirigido por Serge Goulart, o qual, em seu congresso, declarou como "equivocada a reproclamação da IV Internacional em 1993". Os dois grupos não mantêm qualquer relação entre si. Por ocasião do III Congresso do PT o grupo dirigido por Goulart lançou uma tese em que afirma que mudará sua denominação de "O Trabalho - Maioria" para "Esquerda Marxista do PT". Estreitam suas relações com a CMI (Corrente Marxista Internacional), dirigida por Allan Woods, o qual veio ao Brasil, sendo recebido por Goulart. Estes fatos demonstram a definitiva separação entre os grupos. Por sua vez, o jornal O Trabalho segue sendo o órgão oficial da seção brasileira da IV Internacional (1993), sendo que a Esquerda Marxista do PT passou a editar o jornal "Luta de Classes".¹⁴

¹² Nesta Lênin é o principal dirigente, sendo quem lhe deu o nome de Internacional Comunista, mas dela também participa Leon Trotsky.

¹³ O jornal, O Trabalho é o um dos mais antigos jornais da imprensa operária. Ele é o órgão de imprensa da Corrente O Trabalho do PT Seção Brasileira da Quarta Internacional (1993), corrente oriunda dos militantes trotskistas que rejeitaram a política do "entrismo sui generis" aplicada por Michel Pablo a partir de 1953 nas seções da IV Internacional. No final dos anos 1970, várias organizações que se reivindicavam do trotskismo, no Brasil, uniram-se ao Comitê Internacional pela Reconstrução da Quarta Internacional - CORQUI, que tinha como um de seus principais dirigentes Pierre Lambert. Da unificação destes grupos surgiu a Organização Socialista Internacionalista (OSI), que em 1981 ingressou no Partido dos Trabalhadores. A OSI então tornou-se uma corrente interna ao PT, adotando o nome do seu periódico, O Trabalho. O jornal circulou pela primeira vez no famoso dia 1º de maio de 1978, durante o período da ditadura militar brasileira. Grande parte de seu relativo prestígio na esquerda brasileira dava-se por suas ligações com a corrente estudantil "Liberdade e Luta", conhecida como "Libelu", que ficou muito conhecida por ser uma das primeiras organizações a levantar a palavra de ordem "Abaixo a Ditadura". Atualmente o jornal deixou de circular.

¹⁴ http://pt.wikipedia.org/wiki/Jornal_O_Trabalho. 19: 15. h

Recentemente, em 21 de Abril de 2004, ocorre, em Buenos Aires, um reencontro dos adeptos da IV Internacional, onde se apresentam as principais bandeiras de luta. No manifesto do Congresso pela Refundação da IV Internacional os trabalhadores delineiam uma proposta de organização contra o imperialismo mundial. Está em foco a luta contra o desemprego, por meio da divisão das horas de trabalho, contra a exploração e pelo controle operário e gestão operária coletiva. Confirmam, também, os princípios do internacionalismo proletário e da revolução mundial.

No espaço nacional brasileiro, em particular chama a atenção o fato dessas experiências em prol da estatização das fábricas estarem ocorrendo numa conjuntura adversa. No Brasil estas tiveram lugar nas décadas de 1940 e 1950 quando os comunistas, apoiados por nacionalistas reivindicaram a estatização de diversas atividades produtivas como a fundição de aço, extração do petróleo, entre outros. Deste momento favorável à estatização temos, por exemplo, a “Petrobrás”, uma empresa estatal de economia mista, criada em 1953, no Governo Getúlio Vargas.

Um fenômeno latino-americano

Fábricas recuperadas pelos trabalhadores são fenômenos latino-americanos. Na Argentina foram recuperadas mais de 200 fábricas, com aproximadamente 10.000 trabalhadores das mais variadas atividades: metalúrgicas, turismo, saúde, têxtil, clínicas de exame, hospitais, supermercados e escolas¹⁵. A maioria dos trabalhadores (93%) opta por converter as empresas em cooperativas, de modo que esta representa mais do que uma opção ideológica: é uma saída prática que lhes permite respaldo judicial (reconhecida pela lei 20.337 de 1973), assim como também uma maior facilidade em receber créditos de organizações criadas especificamente para esta finalidade. Entretanto, 4,7% das fábricas continuaram como Sociedades Anônimas e 2,3% conseguiram a estatização sob o controle dos trabalhadores.¹⁶

De fora, é apenas mais um prédio comum num subúrbio cinzento de Buenos Aires, tão mal cuidado que mal se enxerga o logotipo da companhia. Por dentro a primeira coisa que se percebe é o cheiro de chocolate, mel, caramelo, sorvete, bolo e geléia. [...] A segunda coisa que se percebe é a ausência de chefes. Não há ninguém de terno ou dando ordens. Nesta fábrica eles não existem. Nem mesmo há um dono oficial do negócio. Ghelco, uma empresa é dirigida

¹⁵ FAJN, G. Fábricas y empresas recuperadas, protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad. Buenos Aires: Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003. p. 65.

¹⁶ FAJN, 2003, p. 80.

como uma cooperativa, segundo as regras d democracia, com um discurso de igualdade e salários iguais.¹⁷

Laboratórios sociais semelhantes podem ser encontrados no Uruguai, na Bolívia, ou, ainda, na Venezuela.

No Brasil, o surgimento das fábricas recuperadas está intimamente ligado ao contexto no qual emergem as medidas econômicas de abertura financeira e comercial iniciadas no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), aprofundadas durante os governos de Itamar Franco (1992-1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Estas medidas foram acompanhadas pela incorporação tecnológica e implementação de formas de gestão toyotistas como a flexibilização, a terceirização e as sub-contratações, que modificam tanto o sistema econômico-financeiro quanto a organização político-social do país. Nesse sentido, um dos resultados se traduz no aumento do número de empresas industriais que entram em crise e fecham ou são absorvidas por multinacionais, facilitando, assim, o aumento do índice de desemprego no país.¹⁸

Segundo Francisco de Oliveira, neste momento tem hegemonia a mudança de um modelo industrial, que gerava mais empregos, por outro, baseado na acumulação financeira e estrangeira. Esta forma de reorganização do processo de acumulação, no Brasil, desencadeia metamorfoses nas relações sociais, no trabalho, no emprego e nas classes sociais dele resultantes.¹⁹

No Brasil, as primeiras iniciativas de fábricas recuperadas surgem na década 1990 em diferentes estados e setores da economia (mineração, metalurgia, confecção, indústria plástica, química). Conforme o relatório final do projeto “Uma tipologia da Economia Solidária e Autogestão”, realizado em 2005, a adoção de políticas de liberalização da vida econômica no Brasil, a partir do início dos anos 1990, trouxe muitas baixas nos agentes econômicos privados, em particular nas empresas familiares, de propriedade de capital de origem nacional. Como resultado, contingentes de trabalhadores perderam seus postos de trabalho. Em reação a este fato, diversos movimentos ordenados se configuraram para lutar

¹⁷ CARROL, Rory e BALCH, Olivier. *Trabalho em empresas invadidas*. In: Jornal Folha de Londrina. 27 de maio de 2007, Caderno Economia, p. 6. Tradução de Franco Iacomini.

¹⁸ Entre os anos de 1990- 2000 houve uma redução de 3 400 empresas industriais: 1500 micro, 688 pequenas, 1132 médias e 148 grandes empresas. Diagnóstico realizado pela SDTS/PMSP. Em 1989 a taxa de desemprego total, segundo o DIEESE, era de 8,7%. O ano de 1999 apresenta um índice em torno de 19,3% (as taxas de desemprego aberto são, respectivamente, 6,5% e 12%).

¹⁹ OLIVEIRA, Francisco. *Classes Sociais em mudança e a luta pelo Socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 7.

pela manutenção dos postos de trabalho por meio da recuperação de empresas e incubação de empreendimentos autogeridos. A maioria deles segue a forma de cooperativas.²⁰

Entre as primeiras experiências de fábrica recuperada podemos mencionar a empresa de Calçados Makerly, situada na cidade de Franca, (SP). Em 1991, quando os donos da empresa fecham suas portas, provocam o desemprego de 482 pessoas. Os trabalhadores, com o apoio do Sindicato de Trabalhadores de Calçados, do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas e do movimento popular, começam um processo de produção autogestionada.²¹

Em geral, o processo de iniciação da recuperação das fábricas tem apresentado algumas características comuns, destacando-se a falência ou processo pré-falimentar da empresa, a falta de pagamento salarial aos trabalhadores por longos períodos e o não recolhimento, pelas empresas, dos direitos trabalhistas e sociais durante meses e, até mesmo, anos. Como alternativa os trabalhadores mobilizam-se para reivindicar seus direitos trabalhistas. A novidade é, no entanto, paradoxal: nas experiências das fábricas recuperadas, buscam a preservação da fonte de trabalho, mas também, a organização dos trabalhadores no sentido de assumir a direção da produção. Ao mesmo tempo em que defendem o emprego e os salários, buscam melhorias nas condições de vida e de trabalho como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho.

A passagem da administração realizada pelos proprietários capitalistas para “as mãos” dos trabalhadores não ocorre de um dia para outro. Em geral é resultado de um processo no qual fazem parte, capitalistas, representantes do governo e os próprios trabalhadores. Além disso, segundo Julián Rebon,

El proceso de recuperación de empresas se conforma como fuerza social. Se constituye una fuerza material que tiene un origen y un efecto social, y que como tal produce el desplazamiento de un conjunto de relaciones sociales por otras, posibilitando el avance y afianzamiento sobre los espacios semiabandonados por la dirección capitalista de la producción, comenzando su reemplazo parcial. La defensa del trabajo nutre su fuerza moral, su capacidad de convertirse en argamasa de relaciones sociales en una confrontación. Su desarrollo es producto de la articulación de una

²⁰ Referências conceituais para ações integradas: uma tipologia da autogestão: cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou em estado pré-falimentar. Fonte: Relatório Final do convênio MTE/ IPEA/ ANPEC – 01/2003) Huberlan Rodrigues...[et al]. – Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005. p. 25.

²¹ FARIA, Maurício Sarda de Faria. “... Se a coisa é por aí, que autogestão é essa ...?” Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerly Calçados. Dissertação (Mestrado em Administração - Programa de Pós-Graduação em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

embrionaria alianza que trasciende a las identidades presentes en las empresas.²²

Em alguns casos, esta força social que se constitui não se desenvolve por meio do sindicato, mas em outros, os dirigentes sindicais são os sujeitos principais no processo de recuperação do empreendimento. As parcerias desempenhadas entre os sindicatos e os empreendimentos, em geral, reúnem atividades de formação, empréstimo de maquinário, intermediação de processos judiciais para a compra de máquinas, apoio de recursos financeiros, orientações, assessoria técnica e acesso à cooperativa de crédito do sindicato. Ocorrem, também, a existência de parcerias com outras entidades autogestionárias que facilitam acordos de cooperação para a troca de experiências, intercâmbio de conhecimento, captação de recursos, fortalecimento das iniciativas e estabelecimento de parcerias institucionais. Neste processo estão presentes parceiros internacionais, facilitados pela organização de encontros e congressos, nos quais participam comissões representativas das fábricas dos diferentes países da América do Sul.

As experiências de fábricas recuperadas no pólo fabril catarinense

As experiências estão situadas, quase todas na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina e elas adquirem relevância pelo fato desta cidade ocupar um lugar chave na acumulação de capital, no Brasil. Joinville coloca, hoje, como o terceiro pólo Industrial da região Sul. A cidade concentra grande parte da atividade econômica no setor industrial, com destaque nos setores metal- mecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico.

A estatização da fábrica proposta pela coordenação da CIPLA, a primeira a ser ocupada, deve-se à crítica ao programa de governo de Luis Inácio Lula da Silva já em 2003, quando os trabalhadores encaminham ao então candidato à Presidência da República, o pedido de estatização da fábrica. O argumento é a grande dívida que os empresários devem ao governo. Segundo declaração do dirigente Serge Goulart²³:

Esta proposta se apóia na organização, passa pela unidade e pela ocupação e controle das fábricas pelos próprios trabalhadores. Passa pela luta pela estatização das fábricas ocupadas, pois são os capitalistas e seus governos os principais responsáveis pelas

²² FAJN, G. e REBÓN, J. *El taller ¿sin cronómetro?* Apuntes acerca de las empresas recuperadas. Revista Herramienta, Buenos Aires, v.1, n. 28, p. 6. 2005.

²³ Nascido em Florianópolis (SC), 49 anos, é escritor de orientação trotskista e tem vários livros publicados como “Devolvam a nossa previdência”, “Dicionário da Globalização” e “Racismo e luta de classes”. Foi militante, em tempo integral, na corrente interna do Partido dos Trabalhadores (PT) e membro de sua diretoria. Em dezembro de 2003 foi pré-candidato para concorrer a Prefeito de Florianópolis e, ainda, neste ano, lançou-se candidato a deputado federal, mas não se elegeu. É um dos articuladores do Jornal “O Trabalho”.

demissões, pela quebra e pelas crises. Somos contrários à idéia de uma cooperativa que significa converter os trabalhadores em capitalistas, portanto, debilitar a classe operária. Somos a favor da estatização, mas estatização sob controle dos trabalhadores para impedir o surgimento de uma nova burocracia. Nosso movimento é antiimperialista e anticapitalista. É um grito de protesto e uma proposta de um movimento organizado da classe trabalhadora contra o regime de opressão. Do controle dos trabalhadores sobre as fábricas, de sua centralização nacional para permitir uma planificação de toda a economia no interesse dos oprimidos e explorados, é que surgirá uma saída para toda a humanidade.²⁴

A CIPLA é uma das poucas fábricas na região que tem cinco fases de produção: injeção, sopro, extrusão, cromagem e rotomoldagem, podendo formar qualquer profissional no ramo plástico para o mercado. A CIPLA possui três linhas de produção, abrangendo uma variedade de quase duas mil peças comercializadas nos mercados interno e internacional: 1) Consumo: cestos para lixo, banheiras para bebês, regadores, suportes para mangueira, baldes de diversos tamanhos, entre outros itens de utilidade doméstica. Peças para banheiros: armários, caixas de descarga, assentos sanitários, bases para válvula de descarga, conexões sanitárias, tapetes flexíveis, bóias para caixa de água. 2) Material de construção: baldes para cimento, válvulas para poço, válvulas para pia e tanque e de retenção de linha. 3) Industrial: peças plásticas para caminhões e carros de passeio, como tanques para radiador de água, filtros, acessórios diversos, peças para sistemas de ar condicionado e dutos de ar. Emblemas como a estrela da Mercedes Benz.²⁵

A fábrica CIPLA está constituída, atualmente, por 670 trabalhadores, dois quais 72% são homens e 28% mulheres; destes, 17 % são aposentados que retornaram ao trabalho. A faixa etária dos empregados é assim constituída: 7% até 20 anos; 26% entre 21-30 anos; 19% entre 31-40 anos; 29% entre 41-50 anos e 18% têm mais de 50 anos.

A periodização da ocupação da fábrica inclui vários momentos significativos. Em 16 de janeiro de 2002, 500 trabalhadores da CIPLA organizam a primeira paralisação interna, reivindicando o pagamento dos salários, o repasse da segunda parcela do 13º salário, as férias e o depósito das quantias referentes ao FGTS e INSS.²⁶

No dia 24 de outubro de 2002, às 5 horas da manhã, ao invés de iniciarem um novo turno, os trabalhadores da CIPLA deram início à greve. Para a maioria dos trabalhadores a experiência da greve é inédita, pois eles não tinham nenhuma experiência prévia em

²⁴ De acordo com o “Comunicado interno dos Conselhos das fábricas CIPLA, INTERFIBRA, FLASKÔ e FLAKEPET”, Joinville, Janeiro de 2005.

²⁵ QUITÉRIO, Janaína. Fábrica quebrada...é fábrica estatizada. Livro reportagem. 2004. p. 54.

²⁶ Jornal “A Notícia”, 17/01/02.

participação de manifestações, nem, tampouco, militância política como sugere Henrique Rafael:

Valeu a pena os 8 dias de greve que nós fizemos. Eu e meus amigos, nós participamos aproximadamente 16hs por dia. Nós saíamos de casa às 4 horas. Nosso turno iniciava às 5 horas, nós ficávamos no portão até às 15 horas para ajudar o outro turno. Após, eu ia para casa e depois do jornal das 8 horas da noite retomava a fábrica até as 23 horas. Valeu à pena, depois de tanta pressão a gente conquistou esta vitória. Hoje eu me sinto realizado, porque se não tivesse feito isso, eu acho que a CIPLA não existiria mais.²⁷

O depoimento de outra trabalhadora, Ana Lorena, de 40 anos, operadora de máquina no setor da injeção há 15 anos, igualmente confirma quanto a experiência da primeira greve foi significativa:

A gente aprendeu muito, choramos, sofremos, apanhamos da policia, até hoje não gosto de policia. Foi sofrido, mas foi um aprendizado, a gente tirou muita coisa boa. Se não tivesse acontecido tudo isso a fábrica ia fechar em dezembro. Uma fábrica que produz tantos itens como a CIPLA, conhecida como a CIPLA é, e aconteceu o que aconteceu, é quase inacreditável.²⁸

O controle da fábrica: possibilidades

Após um processo de mobilização inicial que envolve, muitas vezes, o aparato policial, os operários obtêm apoio externo, sobretudo, na hora de negociação. Ainda assim os resultados são efêmeros e os operários ocupam a fábrica inaugurando uma série de procedimentos novos no cotidiano destes trabalhadores, como a tomada de decisões em assembléia geral, a criação de um comitê dirigente unificado, (CAU) e depois do Conselho Administrativo Financeiro (CAF) que passam, não só gerir a atividade produtiva da fábrica, mas delinear as feições do projeto de estatização da unidade fabril. O apoio de pessoas externas à fábrica é incorporado no processo por meio de eleição em assembléia geral.

Para a viabilização de recuperação enfrentam toda sorte de problemas não só com os patrões, mas com diversos representantes de órgãos públicos como Justiça do Trabalho, e Previdência Social que no cumprimento de leis, buscam a paralisação da produção por meio da retirada de máquinas penhoradas. As barreiras vão sendo superadas e a atividade produtiva vai se revelando possível.

²⁷ Henrique Rafael. Joinville, 15 Junho 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

²⁸ Ana Lelena. Joinville, 23 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

Novos problemas surgem com os clientes, com os fornecedores de matéria prima. Cada dia “eles têm que matar um leão”. A CIPLA é exemplar em dificuldade que se interpõe ao desenvolvimento do projeto. No entanto, a ela se integram outras como INTERFIBRA, FLASKÔ, a FLAKEPET e a PROFIPLAST, todas situadas, no Brasil, e buscam uma solução alternativa ao desemprego.

A INTERFIBRA²⁹, 70 operários, é a segunda fábrica que se soma ao movimento. Pertencente ao mesmo grupo de industriais donos da CIPLA, igualmente atravessa uma situação de crise e paralisação de suas atividades produtivas. Com os salários atrasados os operários aderem ao movimento deflagrado pela CIPLA iniciando com uma greve, por tempo indeterminado, a primeira na história da fábrica.

O mesmo ocorre com a FLASKÔ. Embora situada Sumaré (SP) é outra empresa do grupo na qual os salários estavam atrasados há 2 meses, as dívidas se acumularam com relação à Previdência Social, e igualmente o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Diante desta situação de irregularidade a FLASKÔ, há anos, era denunciada pelo Sindicato dos Químicos Unificados de Campinas (SP) e Região. O Sindicato chegou a ter uma destacada atuação na organização dos trabalhadores nas greves que fizeram nos anos de 1994 e 1997 contra a carga horária elevada, baixos salários e não cumprimento dos direitos trabalhistas. A FLASKÔ chegou a ter 600 pessoas trabalhando na produção, mas no processo falimentar eles eram apenas 70.

No dia 9 de dezembro de 2003, em Itapevi (SP), 140 trabalhadores da empresa FLAKEPET (Tecnologia em Reciclagem), igualmente ocupam a fábrica para garantir os postos de trabalho, o pagamento dos salários e direitos trabalhistas. A fábrica pertence ao setor plástico, embora não compõe grupo das outras empresas. A ocupação deu-se devido o patrão ter fechado a fábrica e mandado os trabalhadores para casa. Os operários se recusam a fazê-lo e ocupam a empresa. Porém, no dia 3 de março, o patrão consegue a reintegração de posse da empresa com a ajuda da Polícia Militar. Para impedir que as máquinas sejam retiradas, os funcionários acampam em frente ao parque fabril. Neste processo foi fundamental o apoio dos sindicatos, dos partidos políticos e de organizações políticas, estudantis, movimentos sociais uma vez que representantes destas instituições engrossaram

²⁹ A empresa INTERFIBRA, também pertenceu aos irmãos Batschauer, situada na cidade de Joinville. Do mesmo modo que a CIPLA, tem um alto nível tecnológico, sendo a única empresa no Brasil que produz os tubos do PVC para a extração do petróleo. De fato, os tanques e tubos fabricados na indústria são feitos com fibra de vidro, o único material que resiste à água ácida retirada das jazidas de petróleo. Daí a importância que tem dentro do mercado, tendo como principal cliente a Petrobrás. A INTERFIBRA está no segundo lugar do *ranking* das indústrias brasileiras mais importantes do ramo de tanques de fibra de vidro.

o contingente dos acampados. Os trabalhadores conseguem iniciar a recuperação da fábrica e no seu projeto estabelecem estatizar a fábrica.

Os trabalhadores vão enfrentando inúmeros problemas novos e velhos, dentro e fora da fábrica. Na CIPLA, em especial, vai se forjando uma outra cultura de trabalho: eles podem andar pela fábrica, discutem as normas e as condições de trabalho. É verdade que nem todos decidem tudo, pois persiste a fragmentação no processo de trabalho.

A novidade está na instância de deliberação, pois passam a tomar decisões que diz respeito ao presente imediato e mediato da fábrica como, por exemplo, o horário da fábrica e os salários. Quanto a este último decidem, em assembléia geral que o menor salário é de R\$ 600,00 e o teto salarial de R\$6 mil reais (para alguns trabalhadores especializados e técnicos, como engenheiros, além dos integrantes do CAU. (Na gestão anterior o menor salário era R\$ 250,00 e o maior, R\$10 mil reais). Apesar da proposta de autogestão esta mantém níveis salariais hierarquizados.

O enfrentamento político é outra novidade que invade o cotidiano fabril e transcende o patamar da fábrica. Desde 2006 são organizados debates no sentido de discutir as eleições para presidente, senador, deputado estadual e federal. Nesse contexto, o Conselho Administrativo Financeiro disponibiliza 30 trabalhadores da CIPLA e da INTERFIBRA à disposição para trabalhar na campanha política de Adilson Mariano³⁰, candidato para deputado federal, de Battisti para deputado estadual, sob a coordenação geral de Carlos Castro³¹. João Manuel de 50 anos, operário no setor de matéria prima ressalta a importância destes vínculos:

Nós temos uma luta política, a influência política ajuda muito na manutenção da empresa. Temos Adilson Mariano, nosso vereador que está conosco desde o início da recuperação. Aonde vamos ele sempre está presente. Ele tem um compromisso com o trabalhador. Existe, dentro da empresa, uma equipe que está aprovada pela comissão de fábrica organizando e apoiando a campanha política a deputado estadual, e assim ampliar a força política dentro do governo de Estado. O deputado federal Battisti também está nos acompanhando. Ele tem história na luta para a classe trabalhadora. Nossa intenção também é assegurar apoio jurídico. A situação é difícil porque temos muitas ações judiciais para fechar a fábrica. A gente só conta mesmo com a ajuda social. A nossa luta se tornou social, por isso boa parte do Estado, do Governo e da Justiça sabe disso. Nós trabalhamos para sobreviver mediante dívidas que não temos conseguido pagar. A gente foi para Brasília, várias vezes,

³⁰ Vereador pelo Partido dos Trabalhadores, na Câmara de Joinville (SC). Desde 1987 pertence à IV Internacional.

³¹ Jornalista e assessor, no período anterior à recuperação da fábrica CIPLA, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Material Plástico de Joinville (SC) e membro da IV Internacional. Posteriormente à recuperação integra o corpo dos trabalhadores da CIPLA.

pois havia uma promessa de nosso presidente Lula ajudar-nos. Ele vem da classe trabalhadora e a gente quer que ele ajude-nos a estatizar a fábrica. Nós não estamos fazendo nada de errado, só protegendo os empregos. A gente recebe ajuda dos irmãos argentinos e, também, das parcerias estabelecidas com o governo de Chávez na Venezuela.³²

Apoios externos tornam a produção viável. Como exemplo, citamos a Associação de Moradores de Joinville, algumas Igrejas da cidade e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Internacionalmente, eles obtêm apoio direto, tanto político quanto econômico, do governo venezuelano do presidente Hugo Chávez. A parceria entre as fábricas, sobretudo entre as fábricas, CIPLA e INTERFIBRA e o governo Venezuelano vão além da esfera político, mas desde setembro 2005, este apoio tem sido decisivo à sobrevivência da CIPLA e da INTERFIBRA, por exemplo. Nesta data, o Governo Venezuelano inicia um acordo econômico para importar tubos para a empresa Petróleos da Venezuela S.A.³³. Além disso, nos dias 10 e 11 novembro de 2005 a estatal venezuelana recebe representantes das fábricas recuperadas de Joinville, para acertar a parceria de produtos a serem vendidos na Venezuela, entre os quais, casas populares pré-fabricadas em plástico. Assim por um lado, a petroquímica estatal Petrouiven fornece matéria-prima à empresa CIPLA, necessária para a produção dos produtos da linha de materiais de construção: polietileno e polipropileno³⁴. Por outro lado, em troca da matéria prima a fábrica CIPLA transfere tecnologia e assessoria técnica para a instalação de uma empresa estatal de construção de casas em PVC, na Venezuela. Portanto, os técnicos da fábrica CIPLA são os responsáveis pela escolha e indicação das máquinas e equipamentos para a empresa estatal. O projeto do governo Venezuelano consiste em um investimento de R\$50 milhões para produzir 15 mil unidades de habitações por ano, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional que sofre a população venezuelana. A empresa começa a produzir em setembro de 2006. Desta maneira, as fábricas não se constituem somente como uma unidade produtiva, transformando-se em um espaço que assegura na materialidade o empreendimento recuperado.

O movimento das fábricas recuperadas vai avançando. A produção vai se gerando com mais regularidade, os fornecedores e clientes vão ganhando confiança. Os trabalhadores recebem os salários.

³² João Manuel. Joinville, 24 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

³³ A Petrouiven é a quinta maior produtora mundial de petróleo, extraindo 3,1 milhões de barris por dia.

³⁴ Ambas conformam 70% da matéria prima usada na empresa, reciclando-se quase 99% da matéria prima. No mercado brasileiro só é vendida por uma empresa multinacional e a preços extremamente caros. A matéria prima recebida entre os meses de janeiro e março de 2006 já permitiu um aumento de 40% para 50% a capacidade da produção da CIPLA.

Há mais avanços. O projeto político inclui a retomada de uma reivindicação dos trabalhadores quanto à redução da jornada de trabalho, em especial no que diz respeito à CIPLA. No dia 9 de abril de 2003, os trabalhadores decidem, em assembléia geral, reduzir a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais. Deste modo, os trabalhadores obtêm o sábado livre, sem redução de salário. Em dezembro de 2006 decidem reduzir, ainda mais, a jornada de trabalho passando de 40 horas para 35 horas semanais, sem perdas. Este fato revela mais uma novidade do cotidiano fabril da fábrica recuperada e importante retomada da crítica às formulações apologéticas ao trabalho iniciadas da segunda metade do século XIX.

A deliberação de redução da jornada tem se constituído numa diferença com a cooperativa que não tem conseguido programar a redução da jornada de trabalho, mas contrário, em muitos até ela tem aumentado.

O projeto denota, também, a retomada de outra luta de outrora dos trabalhadores, qual seja a constituição do internacionalismo. No momento estes laços têm-se ampliando com a adesão da Central Sindical Uruguiaia (PIT-CNT), do Movimento de Empresas Recuperadas da Argentina (MNER) e da Frente Revolucionária de Empresas Recuperadas em Co-gestão e Ocupadas da Venezuela (FRETECO), tal como observamos no I Encontro Pan-Americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril, entre os dias 08 e 10 de dezembro de 2006, ocorrido na CIPLA, em Joinville. Neste contexto, podemos inferir que o desenvolvimento do processo de recuperação de fábricas não depende somente do relacionamento interno na empresa, mas da interação com outros sujeitos que se situam em espaços nacionais e internacionais.

Considerações finais

As fábricas recuperadas fazem parte de um movimento crescente em que ex-empregados assumem o controle de empresas falidas para recuperá-las e também os seus empregos. Marx, no Manifesto Comunista sugeriu que os trabalhadores deveriam quebrar os elos das correntes metafóricas que os prendem. Neste caso a ruptura é apenas literal quebram os cadeados, correntes e fechaduras de seus antigos locais de trabalho, um trabalho que inclui religar a energia e por em funcionamento máquinas.

Quanto aos limites podem ser delineados em ordens imediatas e mediatas que mantêm forte imbricação. A primeira revela-se no montante de dívidas herdadas em impostos, fundos destinados aos operários (FGTS), previdência, entre outros. A fábrica recuperada atua dentro e sob a lógica capitalista, cuja tendência não tem sido outra senão a de concentração e centralização de capital. Os recuperadores devem produzir levando em

consideração estes pressupostos. Eles devem, também, como todas as empresas capitalistas, saldar os débitos anteriores, ao Governo Federal, que atualmente representa um montante de 260 milhões. No momento, a fábrica encontra-se sob intervenção de representantes do Governo Federal que destituíram os membros do Conselho Administrativo Financeiro. No limite, isto significa uma ameaça imediata de interrupção deste experimento social que se encontra sob o fio da navalha.

No Brasil a experiência histórica destas fábricas se situa numa conjuntura manifestamente contrária à perspectiva de estatização. Com exceção dos representantes da IV Internacional, no presente momento, não há forças políticas e sociais que têm em seus programas a bandeira da estatização, o que não significa dizer que não se solidarizem com a luta dos trabalhadores destas fábricas. Neste sentido podemos dizer que a estatização ou não, independe de ações voluntaristas. A coordenação das fábricas busca contrapor-se aos resultados desta conjuntura adversa com o estreitamento de laços de solidariedade internacional o que, concretamente, tem assegurado uma sobrevida à recuperação, todavia, não afasta a vulnerabilidade destes laboratórios sociais.

Finalmente, para alguns este movimento é uma assertiva viável à ordem instituída. Para outros apenas uma tentativa de rerepresentar princípios econômicos dentro da ordem capitalista. Para os trabalhadores da CIPLA, INTERFIBRA, e demais fábricas recuperadas é uma maneira de por comida na mesa e pagar as contas. Portanto, de um ponto de vista pragmático se constitui como um fenômeno econômico, político e social particular que se apresenta como uma alternativa à unidade econômica produtiva com feições radicais. Os limites que por certo existem e são muitos, são produtos do desenvolvimento de relações de degeneração do capital, agravados por uma conjuntura adversa.